

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E AUTISMO ¹

Ingrid Maria Gonçalves do Nascimento ²

Emanuelle Sampaio Almeida Pinto ³

RESUMO

O autismo é um transtorno de desenvolvimento, que afeta pontos como a capacidade de se comunicar e interação social, fazendo parte dos transtornos globais do desenvolvimento, chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os autistas necessitam de atendimento multidisciplinar. A construção da pesquisa se deu com o objetivo de realizar um levantamento bibliográfico no intuito de recolher informações da importância da educação física escolar para alunos autistas. O trabalho foi construído através de uma pesquisa bibliográfica na busca de artigos e revistas relacionadas com o tema autismo e educação física, e como essa disciplina poderia auxiliar o seu desenvolvimento. E nas aulas de educação física esse método de instruir e incluir, vem através da Educação Física Inclusiva, que visa a contribuição do desenvolvimento afetivo, cognitivo e psicomotor, garantido a inclusão independente de sua limitação, afim de transformar e contribuir na formação intelectual desses indivíduos. Ao final do estudo pode verificar a importância que a disciplina se faz na inclusão desses indivíduos em suas aulas, com atividades direcionadas de forma correta e junto com uma metodologia de intervenção inclusiva, as mudanças são visíveis em sua comunicação, convivência em grupo e na melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação Física. Autismo. Inclusão escolar.

¹ Artigo apresentado para obtenção do título de licenciatura em Educação Física pela Faculdade do Vale do Jaguaribe – Aracati (CE)

² Aluna do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: ingrid_mgn@hotmail.com

³ Orientadora da pesquisa. Mestre em Fitotecnica com ênfase em bioquímica e fisiologia vegetal (UFC); MBA em gestão de IES (FVJ); graduada em Engenharia Agrônômica (UFERSA); docente da FVJ. E-mail: emanuelleprof@fvj.br

1 INTRODUÇÃO

Tratando-se de uma era intensa de luta pela igualdade de direitos dos grupos minoritários, os chamados excluídos da sociedade de forma em geral. O chamado movimento inclusão social, movimento que equipara a oportunidade para todos e em áreas gerais. E na escola ela vem denominada de Inclusão Escolar, tendo como proposta principal a construção de uma escola democrática, na qual tende a atender todas as necessidades educacionais de todos os alunos, sem existir limitação ou exceção, respeitando seus limites e valorizando como ser comum (FORTUNA, 2019).

A disciplina da Educação Física era utilizada como uma preparação para que, jovens defendessem a nação e em buscar novos talentos esportivos. Na atualidade é inserida na base curricular da Educação Básica, mostrando que a mesma tem o dever de proporcionar uma aprendizagem que envolva os aspectos afetivos, éticos e sociais, inserindo hábitos saudáveis tanto higiênicos como alimentares e no reconhecimento cultural corporal do indivíduo (BRASIL, 2017).

Não existe facilidade em se tratar de conceitos e definições, mas pode se considerar que a Educação Física Adaptativa é uma parte da Educação Física, onde seus principais objetivos são o estudo e a intervenção profissional no mundo das pessoas que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática das atividades físicas, onde sua maior visão é o potencial de desenvolvimento pessoal e não a deficiência em si (PEDRINELLI; VERENGUER, 2005).

O autismo é uma síndrome comportamental, possuindo como característica principal o déficit na interação social, traduzido principalmente pela inabilidade nas relações interpessoais, juntamente com um déficit de linguagem e alterações de comportamento (VIEIRA; BALDIN; FREIRE, 2015). Atualmente, a Lei nº 12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, sancionada em dezembro de 2012, faz com que os autistas passem a ser considerados oficialmente pessoas com deficiência, tendo direito a todas as políticas de inclusão do país, entre elas, as de educação. Portanto, o autismo passou a ser considerado legalmente como uma deficiência, e toda escola pública, estando preparada ou não, é obrigada a aceitar a inclusão de alunos com esse tipo de deficiência (BRASIL, 2012).

A ideia é de um pensamento educacional que materializa um dos direitos humanos inalienáveis, exposto na Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão: “Todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos”. É neste contexto que se coloca a igualdade de oportunidades educacionais para todos, isto é, deficientes e não deficientes, entendendo que todos têm direitos iguais (FONSECA, 2019).

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica na busca de artigos e revistas relacionadas com o tema autismo. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, por meio de uma revisão da literatura, que permite ao pesquisador a busca, a avaliação crítica e a síntese das evidências disponíveis do tema investigado, assim como, a identificação de lacunas que direcionam para o desenvolvimento de futuras pesquisas (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A pesquisa foi restrita ao período de 2001 a 2019, onde foram recolhidos nas bases de dados Scielo e Periódicos da Capes, sempre com palavras-chave como Autismo, Educação Física e Ensino especial. Foram selecionados somente aqueles que realmente direcionavam argumentações relevantes envolvendo a Educação Física e o

Autismo, foram selecionados 19 artigos, lidos 11 e 1 livros, além da legislação referente a inclusão e direitos a grupo dito como minoria na sociedade.

3 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

A palavra autismo é oriunda da junção de duas palavras gregas: “autos” que significa “em si mesmo” e “ismo” que significa “voltado para”, ou seja, o termo autismo originalmente significava “voltado para si mesmo”. Podendo ser definido como uma condição ou estado de alguém que aparenta estar invulgarmente absorvido em si próprio (MARQUES, 2000).

O autismo foi descrito pela primeira vez por Leo Kenner (1943), médico austríaco, onde obteve respostas em estudos com o análise precoce do autismo infantil em 11 crianças, relacionando as principais características: estrutura anormal em sua personalidade, forte tendência a se auto isolar e grande resistência em manter contato afeto social; o mesmo menciona que essa realidade se apresentava desde o início de vida, diferente da esquizofrenia, que muitas vezes as crianças autistas foram associadas, onde se manifestava depois do terceiro ano de vida.

Em 1944, Hans Asperger, um médico também austríaco e formado na Universidade de Viena, a mesma em que estudou Kenner, escreveu um artigo com o título Psicopatologia Autística da Infância, descrevendo crianças com diagnósticos semelhantes à do estudo de Kenner, mas ao contrário do artigo de Kanner, o de Asperger levou anos para ser traduzido e lido, pelo fato dele ter sido escrito originalmente em alemão (MELLO, 2005).

O Transtorno do Espectro de Autismo está ligado diretamente ao sistema neurológico, tendo como características as dificuldades de comunicação e interação social e a presença de comportamento repetitivos ou até mesmo a falta. Estes sintomas são os mais apresentáveis, o mesmo é um transtorno permanente, não há cura, e sua descoberta precoce pode ajudar a suavizar os sintomas (ARAÚJO, 2011).

Segundo dados coletados pela Associação dos Amigos Autista - AMA (2014) a cada 160 crianças nascidas no Brasil 1 tem TEA, sendo considerado um valor médio quando comparado a estudos realizados em outros países.

Para Marques (2000) o autismo não é visto como um contínuo que vai do grau leve ao severo. Existe uma grande associação entre autismo e retardo mental, desde o leve até o severo, sendo que se considera que a gravidade do retardo mental não está necessariamente associada à gravidade do autismo. O autismo pode se tratar de uma anomalia em alguma parte do cérebro, sem definição concreta, há uma grande probabilidade de ter origem genética, por fatores problemáticos durante a gestação ou até mesmo no parto. De início foi mencionado a rejeição materna ou frieza, porém, foi descartada. Por se tratar de causa ainda não definida o cuidado durante toda a gestação é levado em consideração, e visando cuidado gestacional e consumo de produtos químicos (MARQUES, 2000).

O diagnóstico se dá nos sinais iniciais, problemas de desenvolvimento, interação social, linguagem e brincadeiras, até avaliação final seguindo as medidas avaliativa e classificatória do CID-10, onde se tem o diagnóstico nosológico, com avaliação do comportamento, onde ele seja suficiente para a classificação e no fornecimento de subsídios para o roteiro do Projeto Terapêutico Singular e encaminhamento para as intervenções adequadas a cada caso (OMS, 1997).

De acordo com a classificação CID-10 o autismo se encontra dentre o grupo do transtornos globais do desenvolvimento, oficialmente adotada pela legislação brasileira, onde se destina um código para cada transtorno, o mesmo recebeu o código

F84 seguindo os transtornos: (F84.0) Autismo Infantil, (F84.1) Autismo Atípico, (F84.2) Síndrome de Rett, (F84.3) Outro Transtorno Desintegrativo da Infância, (F84.4) Transtorno com Hipercinesia Associada a Retardo Mental e a Movimentos Estereotipados, (F84.5) Síndrome de Asperger, (F84.8) Outros Transtornos Globais do Desenvolvimento e (F84.9) Transtornos Globais Não Especificados do Desenvolvimento, recebem esse tipo de classificação, as crianças que se desenvolvem de forma diferente do esperado, das mesmas de sua idade, dentre as mais conhecidas além do Autismo é Asperger e Rett (OMS, 1997).

Visando a uniformização do diagnóstico foram criadas diferentes escalas, além das definições mundialmente seguidas contidas na Classificação Internacional das Doenças. As investigações laboratoriais que devem ser realizadas visando o diagnóstico diferencial e o diagnóstico de possíveis comorbidades associadas incluindo os seguintes exames: Sorologias; Eletrocardiograma; Avaliação oftalmológica; Neuropsicológico; Pesquisa do X frágil/ Cariótipo; Ressonância magnética; Eletroencefalograma; Erros inatos do metabolismo /teste do pezinho; Avaliação audiológica (DSM-IV) (APA, 2002).

4 EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

A Educação Física é uma área que engloba aspectos psicológicos, biológicos, sociológicos e culturais e a relação entre eles, assim apresenta um papel importante no desenvolvimento global dos alunos, principalmente, daqueles com deficiência, tanto no desenvolvimento motor quanto no desenvolvimento intelectual, social e afetivo (STRAPASSONS; CARNIEL, 2007).

Levando em consideração as práticas pedagógicas inclusivas em Educação Física vem a imagem de crianças caminhando sozinhas, tropeçando, caindo diversas vezes sendo ações inevitáveis, mas depois de superadas essas fases, vem o andar com segurança, naturalidade e força. A inclusão de crianças com necessidades especiais em quadra ou sala de aula é bem mais constante nos dias atuais, mas apenas a presença não é suficiente para que o mesmo possa aprender, é primordial educação de qualidade a todos, independentemente de suas diferenças, tendo como eixo norteador desse processo o desenvolvimento do potencial máximo dos alunos (SIQUEIRA, 2011).

A Educação Física Escolar vem com a intervenção de propor autonomia no desenvolvimento motor e social ao praticar atividades físicas, onde os alunos tenham direito a essa disciplina, de forma regular, durante todo período escolar. Tal processo tem como finalidade formar um aluno autônomo, crítico e criativo, com sólido conhecimento da Cultura Corporal de Movimento, e no desenvolvimento de atividades onde sintam acolhidos e com vontade de permanecer nas aulas com satisfação (CARVALHO, 2019).

A Educação Física contribui para o desenvolvimento do afetivo, social, e intelectual de alunos com deficiência, pois o incentivo à inclusão torna a autoestima e autoconfiança mais evidente e assim não há desigualdade. A adequação correta da Educação Física para alunos deficientes evidencia a compreensão de limitações e capacidades, estimulando o desempenho do aluno. É essencial que o professor conheça seu aluno e sua necessidade educacional especial, se houver (VENTURINI, 2010).

Para que haja ensino e aprendizagem nas aulas de Educação Física, são considerados dois princípios: o da não-exclusão e o da diversidade. O princípio da não-exclusão os conteúdos e métodos devem alcançar todos os alunos, independentemente das condições físicas e cognitivas. Já o princípio da diversidade defende que os conteúdos sejam compostos com bastante variedade de atividades, para que o aluno tenha a escolha

de acordo com sua afinidade, afim de promover a cultura corporal do movimento (BETTI, 1992)

A Educação Física inclusiva é diferente da Educação Física adaptada, onde são muitas vezes associadas. A educação física adaptada vem com proposta de adaptação das atividades para alunos com deficiências, ou seja, as atividades são realizadas somente para esses alunos; já a Educação Física inclusiva todos participam juntos na mesma atividade, se fazendo necessário o conhecimento do professor nas especificidades de cada aluno para que possa planejar uma aula que contemple a toda a turma (FORTANA, 2019).

A Educação Física como componente curricular com base em atividades motoras e pedagógicas, traz aprendizagem de forma intuitiva das crianças com deficiência, favorecendo o desempenho educacional e motor, e se relacionando com a área psicopedagógica. Daí a importância na relação da Educação Física com as áreas educacionais e psicopedagógicas no processo de ensino e aprendizagem de crianças com deficiência (BEZERRA, 2012).

A educação inclusiva movimenta as bases da escola tradicional, quando se tem turma com o mesmo nível, que fogem de qualquer ordem e perfil, evidenciando o que necessita ser refletido, que nos leva a compreender que a diversidade é uma realidade do cotidiano escolar. Evidenciar a reforma da educação e a construção da educação inclusiva é aceitar e reconhecer que se tem turmas formadas por alunos diferentes, com maneiras distintas de perceber, sentir e apreender, pois possuem as mais variadas histórias de vida, oportunidades de acesso à informação, à cultura, ao lazer, ao afeto, à alimentação, à segurança e à habitação, ou seja, possuem as mais variadas formas de construir seres críticos. Considerar as diferenças é se introduzir nos aspectos em relação ao ser humano, é respeitar, aceitar e valorizar a distinção de cada um, como indicativo no que é distinto, tanto teórico quanto metodológico na ação do professor (SIQUEIRA, 2011).

O incluir, não está somente ligado ao fato de integrar, não é estar dentro da sala de aula sem a sua devida valorização, e aceitar somente o sentido de existir, e sim aceitar integralmente a diferença de todos, e visar a valorização da igualdade de direitos, onde o trabalho é o desenvolvimento do comportamento e conscientização das atitudes de todos (CAVACO, 2014).

O trabalho da Educação Física Inclusiva é pautado na cultura do movimento nas atividades especificadas: esporte, dança, ginástica, lutas, jogos e brincadeiras; porém, sem utilizar do artifício no trabalho direto da aptidão física, caso contrário o ensino dessa disciplina deve ser organizado de forma que otimize as mais diversas formas de aprender e atingir de forma direta a todos sem restrição (FORTUNA, 2019).

As práticas pedagógicas tornam-se elemento chave na transformação do ambiente escolar, se aplicado de forma direta na transformação do homem e da sociedade. O tema diversidade vem se aplicando junto a essa respectiva prática, com o intuito de debater e construir de forma igualitária as diferenças encontradas nas salas de aula (MENDES, 2011).

Em linhas gerais Educação Física Inclusiva, representa sabedoria de avaliar o tipo de escola a ser transformada, o tipo de pessoas que serão transformadas alinhando-se a grande significância da escola, a gestão político-pedagógica, seus currículos e seu espaço, onde o acesso seja para todos, onde esses alunos possam permanecer, não só os com Necessidades Educacionais Especiais, mas todos aqueles que, por questões de sexo, etnia, gênero, religião, entre outros, encontram dificuldades em sua trajetória escolar, podendo desfrutar dessas aulas e possam ser preparados para vida em sociedade (SIQUEIRA, 2011).

4.1 LEGISLAÇÃO SOBRE INCLUSÃO

A educação voltada a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar é relativamente recente, teve reforço com a reorganização do sistema nacional de educação ocorrida a partir da promulgação da constituição de 1988, onde definiu a educação como direito de todos e dever do estado e da família, com incentivo e colaboração da sociedade, voltado ao desenvolvimento das pessoas, preparando para exercerem a cidadania e preparadas para atuarem no mercado de trabalho (BRASIL, 1988).

Segundo a Constituição o ensino deverá ter como base a igualdade, condições ao acesso e permanência na escola, e liberdade de aprender, ensinar, pesquisa e divulgar pensamentos na arte e saber, contidas nas instituições sendo ela pública ou privada de ensino (BRASIL, 1988).

Em 1994, em uma conferência Mundial de Educação Especial, surgiu ação na estrutura da Educação Especial, com o objetivo de padronizar e sistematizar oportunidades para todos, em que equipara educação para todos, fazendo com que qualquer pessoa com deficiência possa expressar seus desejos em relação à educação, e que a escolar deveria acomodar todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, entre outras. Nessa ocasião levantou-se o conceito de escola inclusiva servindo como norteador para as escolas, com pontos a serem seguidos e cumpridos (SALAMANCA, 1994).

A garantia do direito à educação das pessoas com deficiência é imprescindível em uma sociedade ideal, ou seja, uma sociedade que suporte todos com devida igualdade, respeitando as diferenças, buscando o desejo da transformação, sem ter-se a distinção entre seus cidadãos, sem serem discriminados. Negado por muito tempo, não só o direito à educação, mas à saúde, ao trabalho e ao lazer, em que se caminha em uma direção na qual a transformação da sociedade é irreversível (MARTOAN, 2006).

É preciso compreender e conhecer o que é inclusão, algo que não se estende somente a educação, mas, sim que dever ser inserida na área da saúde, educação, alimentação, lazer, habitação, entre outras, ainda existem excluídos a serem incluídos, a todo instante. Portanto, a exclusão ainda se faz em grande escalar, assim a inclusão deve existir no mesmo nível (CARMO, 2001).

A Educação Especial segundo a LDB, art. 58, é a modalidade de educação oferecida preferentemente na rede regular de ensino, para educando com necessidades especiais, quando houver a necessidade de serviços especializado como apoio, nas escolas de ensino regular para atender a esses alunos de educação especial, onde o atendimento será realizado na sala e na escola (BRASILIA, 1997).

Essa modalidade de ensino está inserida na Educação Inclusiva, implantada na escola de ensino regular, realizando transformação para que a mesma funcione não somente para os ditos como “normais” e sim na escola para todos. Favorecendo a diversidade, levando em consideração que qualquer aluno pode apresentar necessidades especiais em algum momento da sua vida acadêmica (ALONDO, 2013).

Para que haja de fato a inclusão, os sistemas de ensino devem criar escolas e capacitar professores e funcionários, para que os mesmos possam compreender a diferença de cada criança e aprendam a conviver, respeitar e principalmente possam oferecer qualidade de ensino a todos, com as mesmas condições de desenvolvimento (BARBOSA, ZACARIAS, MEDEIROS, NOGUEIRA, 2013).

5 EDUCAÇÃO FÍSICA E AUTISMO

Tratando-se de educação, vai sempre existir o grande desafio pela busca de novas fronteiras para a escola, a importância de perceber que o ser se torna único e aberto para diversas possibilidades, com poder de criar e transformar. Com

significância na compreensão na complexidade humana convivendo com suas diferenças (FERRAZ, 2007).

As atividades físicas para serem desenvolvidas com as crianças com autismo, devem ter enfoque no equilíbrio e nos movimentos básicos, desenvolvendo os movimentos fundamentais e locomotores. O sedentarismo é extremamente prejudicial ao autista. Cabe ao profissional de Educação Física contribuir para que este aluno desempenhe, de forma correta e produtivamente, todas as atividades propostas a ela (WINNICK, 2004).

O tratamento terapêutico vem no sentido de melhorar as habilidades de interação social e de linguagem, atenuando o comportamento caracterizando por inadaptação. Tendo uma abordagem multidisciplinar, com fonoaudiólogos, psicólogos, profissional de educação física e médicos. E em alguns casos é necessário o uso de medicamentos, dependendo do grau clínico (AGUIAR, 2005).

Em um estudo com 16 autistas, entre 6 e 9 anos de idade, que foram estimulados a realizar 90 min semanais de atividades aquáticas durante 10 semanas. 8 alunos realizaram o plano de atividades aquáticas, ao final foram avaliados aquisição de habilidades de natação e interação social; em seguida, os outros 8 alunos, submetidos ao mesmo plano de exercícios e avaliados também ao final. Após 10 semanas, todos foram reavaliados, e observou melhoria das habilidades aquáticas, e redução do comportamento antissocial, ou seja, a realização contínua de atividades físicas contribuiu significativamente para o melhor desenvolvimento das pessoas com TEA (AGUIAR, 2005).

O profissional de educação física ao trabalhar com crianças autistas deve ter como principal objetivo ensinar, e a persistência é uma grande aliada, o ensino tem como prioridade as atividades de vida prática à socialização, através de atividades para uma normalização do convívio social (LABANCA, 2000).

Para o autista aprender e entender, é mais válido vendo mais do que ouvindo, sendo assim a melhor forma de ensinar é através da demonstração do que irá fazer, até que consiga executar a atividade sem ajuda do profissional, pois este deve estimular o aluno a adquirir a independência mesmo que, após muitas tentativas eles não consiga no momento, pois a persistência e atenção pela criança é a grande aliada no ensino (LOPES, 1997).

De início as atividades são de estímulos cognitivos e de vida prática, de maneira a auxiliar os próprios cuidados pessoais tais como: comer sozinho, ir ao banheiro, lavar as mãos, tomar banho e entre outras, fazendo assim que o aluno adquira sua independência e melhore o convívio familiar e social. As atividades de estímulo cognitivo e comunicação devem ser para desenvolver no aluno compreensão de formas, tamanhos, textura e cores, no início deve ser atividades simples da esquerda para a direita, ordem da escrita e também utilizar forma de organização de objetos, estas atividades devem ser simples para que o aluno não erre, e se isto acontecer o professor deve intervir imediatamente auxiliando o aluno a executar atividade de maneira adequada através de demonstração, mais tarde através de auxílio verbal até que o aluno execute a atividade de forma adequada sem erros, após a aprendizagem o professor deverá trocar a atividade para que não torne desestimulador (ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISMO, 2014).

A utilização de atividades não coerentes com a cultura da comunidade e atividades complexas como, jogos desportivos com regras, gincanas e jogos imaginário dificultam a aprendizagem e causa frustração no aluno, em função da tríade autística. O professor pode utilizar atividades cíclicas como natação, cooper, bicicleta ergométrica, musculação, atividades em circuito, ginásticas, atividade de relaxamento,

utilização de músicas e atividades coerentes com o dia-a-dia dos alunos (TOMÉ, 2007).

Os locais indicados para realização das atividades devem ser abertos, mas com algumas restrições, pouco estímulo visual e auditivo para que o aluno não se distraia, e sala com paredes claras, com dicas para que o aluno se oriente como um painel com foto e tickets com indicação da atividade a ser feita e sua duração, por exemplo. O aluno deverá ir em direção ao painel destacar o ticket, caracterizar a atividade a ser feita e executá-la, colocar a foto ou ticket em um local determinado ao acabar todos os tickets encerra a atividade. Ao término ou intervalo de cada atividade é necessário que o aluno tenha um momento dele, dentro de um espaço indicado podendo ficar sentado, fazendo uma atividade de interesse (ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISMO, 2014).

O plano de ensino da educação física não deve somente se concentrar no ensino dos movimentos, mas na aprendizagem social para que aja o avanço motor e qualidade de vida, é de suma importância que se tenha uma conversa com a família para compartilhar interesses e expectativas em relação a atividades, saber como o aluno se comporta em casa, e proporcionar situações na escola para coleta de informações como: exploração da capacidade motora do aluno, o estímulo cognitivo, os níveis de segurança em resolver problemas motores, níveis estruturais necessários para outra orientação, grau e atenção sem muita ajuda do instrutor, níveis de pensamento concreto motivação e interesses diretos (LABANCA, 2000).

As atividades devem ser adequadas à idade cronológica, resultados das avaliações e compatíveis com a cultura social, o método de circuito com obstáculo como subida e descida, transposição de objetos (plintom, pneu e arcos), mudanças de direção, equilíbrio dinâmico e estático, saltos, lançamentos, jogos de bolas (chute ao gol, arremesso a sexta de basquete, arremesso ao gol do handebol, vôlei, rolar, agarrar, esquivar, entre outras) com começo, meio e fim indicados auxiliam na aquisição de habilidades motoras (LABANCA, 2000).

Soluções de problemas do ambiente, percepção visual, autopercepção e estímulo cognitivo, com características a desenvolver e estimular a aprendizagem devem ser inseridos no seu cotidiano escolar: situações em grupos e proximidade com o professor, cooperação, situações livres com exploração de materiais, estímulo a comunicação e sensações, sendo assim de grande importância para obter avanços em vínculos sociais e afetivos com o próximo (NILSSON, 2004).

A educação física vem também com auxílio muito importante para o avanço significativo no convívio social e comportamental, beneficiando uma melhora no estado emocional, diminuição das estereotípicas, na atenção e concentração (diminuição da hiperatividade), diminuição da agressividade devido ao aumento do nível da substância B-Endorfina e adrenalina plasmática, aumentando o apetite, melhorando o sono e aumentando a sensibilidade dos agentes farmacológicos (TOMÉ, 2007).

6 CONCLUSÃO

Os benefícios da relação Educação Física e Autismo vão desde a realização de movimentos básicos até a relação com seus pares, ajudando o estudante autista no processo de melhoramento de sua interação social.

O papel da Educação Física em relação a um aluno autista tem como missão possibilitar uma inclusão educacional tal que proporcione um desenvolvimento humano integral. Esse é o objetivo daquilo que prescreve a legislação nacional e internacional sobre a inclusão social educacional. Por fim, se pode dizer que a

educação inclusiva é dom e tarefa, dom, porque é um grande presente que todo educador, principalmente o educador físico, recebe para dar a contribuição para uma sociedade melhor e mais inclusiva; tarefa, porque exige do educador esforço intelectual (conhecimento acadêmico) e dedicação, tendo em vista é um trabalho que realiza, mas que requer muito empenho e esforço pessoal.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. S.; DUARTE, E. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 2, p. 223 - 240, 2005.
- ALONDO, D. Os desafios da Educação Inclusiva: foco nas redes de apoio. **Revista Nova Escola**, Abril, 2013.
- AMA (Associação de Amigos do Autista). **Definição do Autismo**. Disponível em: <<http://www.ama.org.br/site/pt/definicao.html>> Acessado em: 05 de Abril de 2020.
- APA. DSM-IV-TR. **Manual de Diagnóstico e Estatístico de Perturbações Mentais. BRASIL**. Texto Revisto, 4.ed. Lisboa: Climepsi Editores, 2002.
- BARBOSA, A. M.; ZACARIAS, J. C.; MEDEIROS, K. N.; NOGUEIRA, Ruth K. S., **O Papel Do Professor Frente À Inclusão De Crianças Com Autismo**, Pontifca Universidade Católica do Paraná, Curitiba-PR, 2013.
- BETTI, M. Educação física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1991. Ensino de primeiro e segundo graus: educação física para quê?. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.13, n.2, p.282-7, 1992.
- BEZERRA, T. L. **Educação inclusiva e autismo: a educação física Como possibilidade educacional**. Editora Realize. Paraíba – PB, 2012.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 22 de março de 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo**. Brasília, 2012.
- CARMO, A. A. Educação física e inclusão escolar: em busca da superação dos limites da adaptação. **Revista Conexões**, Campinas, v. 6, 2001.
- CARVALHO, A. L.; MEDINA, H.; SANTOS, S. Z.; SÁ, I. R. Orientações curriculares de São Caetano do Sul e alguns pressupostos teóricos da motricidade humana. **Revista Internacional d'Humanitats**, Ano XXII - n. 46-47 – mai./dez. 2019.

CAVACO, N. **Minha criança é diferente? Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, **Câmara de Educação Básica. Proposta de regulamentação da Lei 9.394/96**. Brasília, 1997

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

FERRAZ, R. D. **Os sujeitos considerados diferentes e o contexto educacional. Trabalho apresentado I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM. “Infância e Práticas Educativas”**. Maringá-PR, 2007.

FONSECA, V. **Educação especial: programa de estimulação precoce - uma introdução às ideias de Feuerstein**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; 1995.

FONTANA, E. C. **Tradução das políticas de inclusão escolar pelos gestores municipais**. 2013. 106 f. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2013.

LABANCA, M. S. G.; **Autismo e o professor de educação física. Revista Body Aciene**, Nov/Dez 2000.

LOPES, E. R. B. **Autismo: trabalhando com a criança e com a família**. 2. ed. São Paulo: Edicon, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MARQUES, C. **Perturbações do Espectro do Autismo. Ensaio de uma Intervenção Construtivista e Desenvolvementista com Mães**. Coimbra: Quarteto, 2000.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo: guia prático**. 4. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2005.

MENDES, A. P. A. C. **Perfil psicomotor em crianças com e sem autismo: Um estudo comparativo**. 2011. 65 p. Perfil psicomotor em crianças com e sem autismo (Ciências Sociais e Humanas) - Universidade Da Beira Interior, 2011.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVAO, C. M. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. Florianópolis, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular – Proposta preliminar 3ª versão**. Dezembro 2017

NILSSON, I. **Introdução à educação especial para pessoas com transtornos do aspecto autístico e dificuldades semelhantes de aprendizagem.** Congresso Nacional sobre a Síndrome de Autismo, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CID-10. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PEDRINELLI, V. J. VERENGUER, R.C.G. **Educação Física Adaptada: Introdução ao Universo das Possibilidades.** In: GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da (Org.). **Atividade Física Adaptada: Qualidade de Vida para Pessoas com Necessidades Especiais.** Barueri, SP: Manole, 2005.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

SIQUEIRA, M. F. **Educação física, autismo e inclusão:** ressignificando a prática pedagógica, Vitória-ES, 2011.